

HABEAS CORPUS Nº 530.036 - SP (2019/0257212-2)

RELATOR : MINISTRO ROGERIO SCHIETTI CRUZ
IMPETRANTE : THIERS RIBEIRO DA CRUZ
ADVOGADO : THIERS RIBEIRO DA CRUZ - SP0384031
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
PACIENTE : JONAS DONISETTE DE FREITAS (PRESO)
INTERES. : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO

DECISÃO

JONAS DONISETTE DE FREITAS alega sofrer coação ilegal em seu direito de locomoção, em decorrência de acórdão proferido pelo **Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo** no HC n. 2156107-77.2019.8.26.0000.

Consta dos autos que o paciente teve o flagrante pelo crime de roubo majorado convertido em prisão preventiva.

A defesa requer, liminarmente, a expedição de alvará de soltura, sob o fundamento de **excesso de prazo** para a custódia preventiva do paciente.

Indeferida a liminar (fls. 63-64) e prestadas as informações (fls. 67-76), veio o parecer do Ministério Público Federal (fls. 80-87), que opinou pela denegação da ordem.

Decido.

A Corte local, ao denegar a ordem, asseriu o seguinte:

A colheita da prova oral foi concluída em 25/02/2019, ocasião

em que foi determinada a cobrança da mídia faltante.

Conforme consignado pelo próprio defensor impetrante, a remessa da mídia faltante foi solicitada por intermédio de ofícios expedidos à autoridade policial em 09/08/2018, 10/01/2019 e 30/04/2019.

Mediante consulta ao andamento da ação penal originária, que tramita em formato digital, verificou-se que por despacho datado de 08/08/2019 (fls. 693), foi determinado

fosse novamente oficiado ao Distrito Policial de Itapira, solicitando a remessa da mídia original, no prazo improrrogável de 10 (dez) dias, sob pena de adoção das medidas judiciais aplicável à espécie.

Logo, o que se vislumbra na hipótese são percalços inevitáveis no que tange à tramitação do feito, não se podendo afirmar que eventual demora decorra de inércia do Poder Judiciário.

[...]

Por fim, verifica-se que foi informado pela Autoridade Policial, Dr. Anderson Casimiro de Lima, por intermédio do ofício nº 297/2019, datado de 06/06/2019, que a mídia em questão está sob responsabilidade e guarda do Escrivão de Polícia, Sr. Luiz Cláudio Lopes de Carvalho, e que a reprodução estava sendo providenciada, todavia, passados dois meses, a providência requerida ainda não teria sido atendida.

Dessa forma, diante das diversas reiteraões expedidas pela autoridade judiciária, até o presente não atendida pela autoridade policial, determino sejam oficiado à Corregedoria da Polícia Civil para conhecimento e adoção das providências cabíveis, a fim de que seja atendida com máxima urgência a providência requerida pela MM. Juíza da 2ª Vara Judicial da Comarca de Itirapina, relacionada ao IP nº 417/2017, RDO nº 3061/2017 (fls. 31-34).

Após consulta à página eletrônica do TJSP, verificou-se que a referida determinação foi cumprida e que **a instrução foi encerrada no dia 1º/11/2019. Ainda, consta que foram juntadas as alegações finais em 26/11/2019 e os autos estão conclusos para sentença.**

Logo, relativamente ao suposto excesso de prazo para o encerramento do feito, cumpre registrar, *ab initio*, que os prazos processuais previstos na legislação pátria devem ser computados de maneira global e o reconhecimento do excesso deve-se pautar sempre pelos critérios da razoabilidade e da proporcionalidade (art. 5º, LXXVIII, da CF), considerando cada caso e suas particularidades.

Consoante o entendimento desta Corte Superior, "O prazo para a conclusão da instrução criminal não tem as características de fatalidade e de improrrogabilidade, fazendo-se imprescindível raciocinar com o juízo de razoabilidade para definir o excesso de prazo, não se ponderando a mera soma aritmética dos prazos para os atos processuais.

(Precedentes do STF e do STJ)" (**RHC n. 58.274/ES**, Rel. Ministro **Felix Fischer**, 5ª T., DJe 17/9/2015).

Na espécie, muito embora esteja o paciente preso desde 26/1/2018, o processo recebeu impulso regular e **está em fase de alegações finais**.

Assim, nos termos do verbete **sumular n. 52 deste Superior Tribunal**: "Encerrada a instrução criminal, fica superada a alegação de constrangimento por excesso de prazo".

Portanto, verificadas a compatibilidade da duração do processo com as particularidades do caso concreto, a complexidade da ação penal e a diligência do Estado no processamento do feito, que já está na fase de alegações finais, fica afastada, **ao menos por ora**, a afirmação de excesso de prazo.

À vista do exposto, **denego a ordem**.

Publique-se e intimem-se.

Brasília (DF), 29 de novembro de 2019.

Ministro ROGERIO SCHIETTI CRUZ
Relator